

**“E O SALÁRIO, Ó!”: O “MAIS PROFESSORES” E O DISCURSO DE
NATURALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA COMO SOFRIMENTO**

“AND THE SALARY, OH!”: THE “MORE TEACHERS” AND THE DISCOURSE OF
NATURALIZING TEACHING AS SUFFERING

“¡Y EL SALARIO, OYE!”: EL “MÁS PROFESORES” Y EL DISCURSO DE
NATURALIZACIÓN DE LA DOCENCIA COMO SUFRIMIENTO

Valci Melo¹ 0000-0003-3037-142X

Lavoisier Almeida dos Santos² 0000-0001-5132-7343

¹Universidade Federal de Alagoas - Maceió, Alagoas, Brasil; valci.melo@cedu.ufal.br.

²Escola Estadual Deputado Rubens Canuto – Maceió, Alagoas, Brasil;
lavoisierdealmeida@hotmail.com.

Resumo:

O texto objetiva analisar a relação entre o Programa Mais Professores para o Brasil e os discursos de naturalização da docência como um ofício de sofrimento, mendicância e benevolência. Trata-se de uma pesquisa documental realizada à luz da Análise do Discurso filiada a Michel Pêcheux, tomando como corpus a documentação do referido Programa e enunciados que tratam os(as) docentes como coitadinhos(as) por suportarem um trabalho oneroso sem o devido reconhecimento social. Ao longo do texto, demonstra-se uma sintonia entre os discursos analisados e as medidas anunciadas pelo governo brasileiro no Programa Mais Professores para o Brasil ao esperar que as pessoas sejam atraídas e/ou permaneçam na docência mais por seu valor simbólico do que pelo retorno social e financeiro dessa atividade como profissão. Por fim, conclui-se que, ao não priorizar o enfrentamento das demandas materiais que circundam o magistério como exercício profissional, o Mais Professores acaba fazendo coro ao discurso de naturalização da docência como ofício de sofrimento.

Palavras-chave: políticas públicas em educação; magistério; análise de discurso.

Abstract:

The text aims to analyze the relationship between the More Teachers for Brazil Program and the discourses that naturalize teaching as a profession of suffering, begging and benevolence. This is a documentary research carried out in the light of Discourse Analysis affiliated with Michel Pêcheux, taking as corpus the documentation of the aforementioned Program and statements that treat teachers as poor things for having to endure onerous work without due social recognition. Throughout the text, there is a clear alignment between the discourses analyzed and the measures announced by the Brazilian government in the Mais Professores para o Brasil Program, which hopes that people will be attracted to and/or remain in teaching more for its symbolic value than for the social and financial return of this activity as a profession. Finally, it is concluded that, by not prioritizing the confrontation of material demands that surround teaching as a professional exercise, Mais Professores ends up echoing the discourse of naturalizing teaching as a suffering profession.

Keywords: public policies in education; teaching profession; discourse analysis.

Resumen:

El texto pretende analizar la relación entre el Programa Más Profesores para Brasil y los discursos de naturalización de la docencia como profesión de sufrimiento, mendicidad y benevolencia. Se trata de una investigación documental realizada a la luz del Análisis del Discurso afiliado a Michel Pêcheux, tomando como corpus la documentación del Programa antes mencionado y los testimonios que tratan a los docentes como pobres por tener que soportar un trabajo oneroso sin el debido reconocimiento social. A lo largo del texto, hay una clara alineación entre los discursos analizados y las medidas anunciadas por el gobierno brasileño en el Programa Más Profesores para Brasil, que espera que las personas se sientan atraídas y/o permanezcan en la docencia más por su valor simbólico que por el retorno social y financiero de esa actividad como profesión. Finalmente, se concluye que, al no priorizar el enfrentamiento de las demandas materiales que rodean la docencia como ejercicio profesional, Mais Professores acaba haciendo eco del discurso de naturalizar la docencia como una profesión sufriente.

Palabras clave: políticas públicas en educación; docencia; análisis del discurso.

Introdução

O magistério, como exercício da profissão docente, está sempre “na boca do povo”, tendo em vista tratar-se de uma atividade que se dá no campo da Educação, que é uma área sobre a qual todos(as) parecem ter algo a dizer.

Esses dizeres sobre a profissão docente materializam diferentes representações sobre o professorado, sendo um discurso bastante recorrente o apagão de professores motivado, entre outros elementos, pelo recorrente abandono da profissão e pela baixa atratividade desse ofício em virtude de sua condição social e financeiramente desvalorizada (Instituto Semesp, 2022).

Dizendo-se ir de encontro a essa situação, o governo brasileiro anunciou, em 14 de janeiro de 2025, através do Decreto Presidencial n. 12.358, o *Programa Mais Professores para o Brasil*. Trata-se de um Programa que tem como eixos estruturantes: 1 - seleção para ingresso na docência; 2 - atratividade para as licenciaturas; 3 - alocação de professores; 4 - formação docente; e 5 - valorização dos professores.

Projetado para funcionar em formato de adesão voluntária pelos entes federados, estudantes e docentes interessados, o *Mais Professores* tem como objetivo declarado “[...] promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e incentivar a docência no Brasil” (Brasil, 2025a, art. 1º).

No presente artigo, buscamos analisar como o referido Programa dialoga com discursos que representam e naturalizam a docência como um ofício de sofrimento, mendicância e benevolência. Para isso, recorreremos à Análise do Discurso pecheutiana, considerando, como Cavalcante (2007, p. 10), que nesse tipo de análise “[...] interessa não o que uma palavra ou

expressão significa, mas como funciona no discurso, na conjuntura histórica em que ela é enunciada”.

Assim, orientados pela perspectiva teórico-metodológica acima mencionada, tomaremos como *corpus*, além de discursos cotidianos veiculados em forma de anedotas e e/ou comentários informais¹, a documentação do *Mais Professores*, composta pelo decreto que institui o Programa, as portarias regulamentadoras, a cartilha de divulgação e o vídeo da cerimônia de lançamento.

O artigo está dividido em dois momentos, além dessa introdução e das considerações finais. No primeiro momento, analisamos enunciados que tratam os(as) docentes como coitadinhos(as) por suportarem um trabalho oneroso sem o devido reconhecimento social. Já no segundo momento, examinamos se e como esse discurso é confrontado pelo *Programa Mais Professores para o Brasil*, tendo em vista tratar-se de uma iniciativa que tem como intenção declarada o incentivo à docência no Brasil.

“- Você é sofressor?”: o discurso do magistério como ocupação penosa

Em 2001, durante um evento de entrega de um prêmio de inovação tecnológica, o professor e ex-Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso (FHC), proferiu o discurso materializado no enunciado abaixo:

Se a pessoa não consegue produzir, *coitado, vai ser professor*. Então fica a angústia: se ele vai ter um nome na praça ou se ele *vai dar aula a vida inteira e repetir o que os outros fazem* (Cardoso, 2001 *apud* Silveira, 2001, online, grifo nosso).

Antes de nos determos na análise do dito, pelo ex-presidente FHC, sobre a condição do ser professor(a) equiparada à condição de coitado/não-produtivo, apresentaremos outra materialidade discursiva que também tensiona sentidos sobre o trabalho docente como condição ultrajante/degradante e/ou sua produtividade/rentabilidade nas relações de trabalho do mundo dos humanos.

Segue, pois, a narrativa da materialidade discursiva anunciada anteriormente, denominada *Maldição do sapo*²:

¹ As materialidades analisadas foram recolhidas oralmente de rodas de conversas informais, programas televisivos e páginas da internet.

² Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/625648573245945800/>. Acesso em: 29 jan. 2025.

A moça encontra um sapo, que diz:

- Moça, eu não sou um sapo, sou um professor lindo que recebeu uma maldição. Se você beijar a minha boca, eu volto ao normal e podemos nos casar e ser felizes para sempre!

A moça pensa e coloca o sapo na bolsa.

- Mas você não vai me beijar?

- Claro que não! Um sapo que fala dá muito mais dinheiro que um professor.

A *Maldição do sapo*, piada de circulação livre na internet, produz um efeito metafórico dos sentidos por meio do qual o próprio ato de ser professor é transmutado em uma piada. Esse efeito é refletido e refratado em vários ditos que realizam um movimento parafrástico que sedimenta um sentido sobre ser professor(a) no Brasil ligado à miserabilidade, à mendicância ou a uma condição tão degradante que gera um sentimento de piedade ou compaixão em relação aos que assumem a carreira docente.

Tal sentimento é justificado, às vezes, pelas condições de trabalho: uso da voz, acúmulo de atividades levadas para casa, estrutura das escolas, comportamento do alunado associado sempre à indisciplina, ao terror etc.; às vezes, a justificativa se dá em razão da baixa remuneração: designada, dentre outros termos, como um salário de fome, salário de esmola, salário de bico.

Para ilustrar essa questão, trazemos, de nossa memória docente, um diálogo que tivemos com uma turma da terceira série do Ensino Médio de uma determinada rede estadual. Conversando com os(as) referidos(as) estudantes sobre o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e sobre possíveis carreiras profissionais que as alunas e os alunos poderiam seguir, apresentamos a profissão docente como uma das possibilidades a serem consideradas na escolha do curso a ser feito depois do término da Educação Básica.

O estranhamento e a rejeição foram gerais. E a justificativa que embasou a rejeição tinha a ver com as condições imediatas de trabalho e com a baixa remuneração destinada aos professores.

Destacamos, aqui, a fala de uma aluna que, de algum modo, deixou-nos surpreso: “- Professor, quero não ser professora. Quebrar a cabeça com esses meninos para ganhar um salário mínimo?”

É quase que inevitável que quem é professor(a), neste país, ao afirmar sua profissão a outrem, nunca tenha ouvido: “*Eita! É soffressor*”; “*Coitado!*”; “*Deus me livre ser professor*”; “*Meus pêsames!*” ou mesmo a repetição do jargão magistral da série brasileira *Escolinha do Professor Raimundo*: “*E o salário, ó!*”.

As condições imediatas de produção do enunciado: “*E o salário, ó!*” ajudam-nos a perceber esse discurso como um *já-dito* que é retomado e atualizado por discursos como aquele da aluna que nos surpreendeu por afirmar que não queria ser professora, pois o recebimento do salário mínimo não compensa a obrigação ou o dever de aguentar estudantes com o comportamento fora do padrão/modelo esperado.

O enunciado acima vem sempre depois de algum(a) aluno(a) ou de toda a turma falar algo considerado errado, ter um comportamento fora do modelo desejado pelo padrão da disciplina regular. Depois de algum acontecimento dessa espécie, o professor Raimundo³ enuncia seu discurso magistral sobre o salário docente para poder completar a comédia proposta para a cena.

A fala do personagem em questão: um professor com uma sala de aula formada majoritariamente por alunos engraçados e desinteressados com o que regularmente deveria acontecer no ambiente escolar, foi reproduzida milhares de vezes na televisão aberta brasileira, sedimentando e, ao mesmo tempo, provocando agitação nas redes de filiação dos sentidos no imaginário coletivo do povo brasileiro sobre o ser professor(a), a exequibilidade da prática docente, bem como sua remuneração.

A partir dos entremeios de nosso referencial teórico-metodológico que, não sem tensão, movimenta-se, conforme posto por Pêcheux (2014), entre os domínios da Linguística, do Marxismo e da Psicanálise; e considerando o imaginário coletivo do povo brasileiro - imaginário este construído e constituído historicamente pelo funcionamento prático-operativo da ideologia nas relações sociais desse povo, problematizamos e tensionamos, nesta reflexão, o que da ordem do inconsciente, da história e da linguagem fundamenta o chiste nas diversas materialidades linguísticas - piadas, charges, jargões - que, à exemplo da série elencada há pouco, tratam sobre a condição do ser professor(a) no Brasil como algo ao mesmo tempo cômico e trágico.

Sendo assim, assumimos, juntamente com Pêcheux (2014, p. 269), a existência de um “[...] trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem” no processo social de constituição dos sentidos. Para melhor compreensão de tal processo a partir dos entremeios dessas três regiões/campos do conhecimento científico, vale considerar o que pontua Orlandi (2007, p. 19) sobre a significação no campo da AD:

³ Trata-se de um personagem interpretado pelo humorista Chico Anysio (1931-2012), na série televisiva *Escolinha do Professor Raimundo*, veiculada pela Rede Globo ao longo dos anos 1990.

“E O SALÁRIO, Ó!”: O “MAIS PROFESSORES” E O DISCURSO DE NATURALIZAÇÃO DA DOCÊNCIA
COMO SOFRIMENTO

Valci Melo • Lavoisier Almeida dos Santos

Nos estudos discursivos não se separam forma e conteúdo e procura-se compreender a língua não só como uma estrutura mas sobretudo como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. Aí entra então a contribuição da Psicanálise, com o deslocamento da noção de homem para a de sujeito. Este, por sua vez, se constitui na relação com o simbólico, na história.

Seguindo essa perspectiva, entendemos que os sentidos sobre a profissão docente no Brasil são frutos de um processo sócio-histórico de construção que retoma e atualiza uma memória discursiva⁴ de inspiração religiosa do ser professor(a) como um dom, uma espécie de sacerdócio ou mesmo de penitência, purificação e expiação sagrada que associa sempre a prática docente ao sacrifício.

Essa associação de sentidos seria a justificativa para a validação do trabalho do(a) professor(a), pois pelo salário, enquanto retribuição material, tal prática não se justificaria. É seguindo esse viés analítico que entendemos os discursos que justificam ou explicam o ser professor(a) como dom/vocação/eleição.

É comum, na sociedade brasileira, que as pessoas, quando têm o objetivo de parabenizar os(as) professores(as) ou mesmo de justificar alguma situação de precariedade física, salário ou até dificuldades com indisciplina discente, profiram discursos do tipo: “Só tendo o dom pra suportar isso”; “Para ser professor, é preciso ter vocação” e dizeres outros que vão realizando um movimento parafrástico que orbita em torno do exercício do magistério como atividade sagrada/sacerdotal. Os processos parafrásticos, segundo Orlandi (2007, p. 36):

[...] são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém, isto é, o dizível, a memória. A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. A paráfrase está do lado da estabilização.

Podemos afirmar, então, que, em um determinado processo parafrástico, a partir de uma determinada *inscrição ideológica* no interior de uma *formação discursiva* dada, temos algo que se mantém, um efeito que permanece, um sentido que se estabiliza entre as sequências discursivas, pois, conforme posto por Pêcheux e Fuchs (2014, p. 166-167), “[...] a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre as sequências”.

No caso dos discursos sobre o ser professor(a) no Brasil analisados neste texto, estabiliza-se o sentido da mendicância da profissão docente que, semelhante às ordens religiosas mendicantes surgidas na Idade Média, só se justificaria pela gratuidade do dom.

⁴ Memória discursiva ou interdiscurso é o movimento de retorno e atualização de um *já-dito*, de um *pré-construído* (Pêcheux, 2014).

Aproveitando o campo semântico da mendicância e a categoria teórico-analítica da paráfrase, apresentamos ao leitor outra materialidade discursiva sobre a condição do ser professor(a) no Brasil: *O professor e o mendigo*. Diz a lenda que um professor ia caminhando na rua quando se encontrou com um mendigo que lhe pediu uma esmola. Ao reconhecer que era seu antigo professor, o mendigo pediu desculpas e lhe deu algumas moedas.

Haveria ainda outras tantas anedotas que poderiam, aqui, compor nosso *corpus discursivo* como a que relata a narrativa de “um professor que foi contar sua história a um carroceiro - trabalhador que transporta cargas utilizando-se de um equino que puxa uma carroça -, e quem chorou foi a burrinha”. Contudo, nosso objetivo não é o de esgotar anedotas ou histórias sobre o professorado em situação de mendicância. Nosso propósito é o de apresentar como essas histórias, anedotas, jargões, ditos sobre os(as) docentes(as) se organizam sobre a matriz de sentido de que o(a) professor(a) vive em condição de mendicância/miserabilidade, não sendo uma carreira a ser escolhida para um ofício rentável.

A narrativa *O Professor e o Mendigo* poderia ser tomada sob diversas perspectivas como a da relação dos sujeitos com o saber, a do sucesso ou insucesso escolar, já que é um ex-aluno que reconhece seu professor, ou mesmo a percepção de uma sociedade que naturaliza a mendicância e coloca a figura do(a) professor(a) em pé de igualdade ou até mesmo de inferioridade a essa condição social.

As chaves analíticas são infinitas. Queremos chamar à atenção, aqui, para o movimento parafrástico realizado pelas sequências em destaque e os sentidos que elas estabilizam: “*Se a pessoa não consegue produzir, coitado, vai ser professor*”, “*Um sapo que fala dá muito mais dinheiro que um professor*”, “*Quebrar a cabeça com esses meninos para ganhar um salário mínimo?*”, “*Eita! É sofrador*”; “*Coitado!*”; “*Deus me livre ser professor*”; “*Meus pêsames!*”, “*E o salário, ó!*”. “*Só tendo o dom pra suportar isso*”, “*Para ser professor, é preciso ter vocação*”.

Em meio à atualização e estabilização do sentido de vitimização do magistério, pedimos licença ao leitor(a) para discutir outro efeito de sentido que a *Maldição do sapo* tensiona e sobre o qual também queremos nos ocupar nesta reflexão.

A moça que encontrou o professor não quer quebrar a maldição e justifica sua decisão da seguinte forma: “- *Claro que não! Um sapo que fala dá muito mais dinheiro*”. Ora, essa afirmação traz implícita a ideia de que ser professor(a) dá algum dinheiro também, mas a questão é que um sapo falante dá mais.

Existe aí um ponto nodal que gera uma disputa de sentidos, isto é, que revela um índice de agitação nas redes de filiação de sentido sobre a profissão docente no Brasil. Isso significa

considerar que o discurso “[...] marca a possibilidade de uma desestruturação-reestruturação dessas redes [redes de memória] e trajetos [trajetos sociais]” (Pêcheux, 2015, p. 56).

Os efeitos de sentidos, colocados em movimento pelo processo discursivo em tela nesta seção, apontam na direção da deslegitimação da docência como profissão promissora, expondo e, ao mesmo tempo, naturalizando a precarização do magistério como exercício profissional. Agora, considerando que a profissão docente enquanto atividade salarialmente não rentável é uma das chaves interpretativas para compreendermos o dito “apagão de professores” previsto para acontecer daqui a pouco menos de duas décadas (Instituto Semesp, 2022), nas linhas que seguem, analisaremos se o *Programa Mais Professores para Brasil* procura enfrentar as condições materiais que sustentam esse discurso de negação da docência como carreira profissional a ser seguida.

O Mais Professores e a desconsideração da docência como profissão

A valorização dos profissionais do magistério aparece na Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988, art. 206, inciso V) como um dos princípios da educação nacional, o qual, para efetivar-se, conforme a LDB 9.394/96, demanda que os sistemas de ensino assegurem nos planos de cargos e carreiras do professorado público (Brasil, 1996, art. 67, incisos I a VI):

- I - ingresso exclusivamente por concurso público de provas e títulos;
- II - aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;
- III - piso salarial profissional;
- IV - progressão funcional baseada na titulação ou habilitação, e na avaliação do desempenho;
- V - período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;
- VI - condições adequadas de trabalho.

Ao longo das últimas décadas, algumas conquistas legais têm buscado criar condições para o cumprimento desse princípio constitucional, a exemplo da instituição de um piso salarial nacional para o magistério público da Educação Básica, através da Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008 (Brasil, 2008), e do estabelecimento de diretrizes nacionais voltadas à implementação das linhas de ação previstas nos incisos I a VII, do artigo 67 da LDB, mediante a Lei n. 14.817, de 16 de janeiro de 2024 (Brasil, 2024a).

O Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024), instituído pela Lei 13.005, de 25 de junho de 2014 (Brasil, 2014), tenta dar concretude ao disposto na legislação educacional acima mencionada, estabelecendo cinco metas diretamente voltadas à valorização dos(as) profissionais do magistério, a saber:

1. Meta 15: todo o professorado da Educação Básica formado em licenciatura ou bacharelado com complementação e atuando na etapa educacional e campo disciplinar de sua formação;

2. Meta 16: formação continuada de todo o professorado da Educação Básica compatível com suas necessidades, demandas e área de atuação, inclusive, com 50% dos(as) docentes com pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*;

3. Meta 17: equiparação salarial entre o professorado da Educação Básica e os(as) demais profissionais com nível de escolaridade superior;

4. Meta 18: estabelecimento de planos de carreira para os(as) profissionais da Educação Básica em todos os sistemas de ensino;

5. Meta 20: investimento mínimo em educação pública de 7% do PIB até 2019 e 10% até 2024.

Segundo dados publicados pelo Inep (Brasil, 2024b), no *Relatório do 5º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação – 2024*, no que tange à meta 15, observa-se que houve evolução em todas as etapas da Educação Básica quando comparada a adequação da formação docente no período 2013 a 2023, tendo em vista que a Educação Infantil saiu de 42,2% para 63,3%; a etapa dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental passou de 54% para 74,9%; os Anos Finais foram de 48% para 60,4% e o Ensino Médio de 57,8% para 68,2%.

No entanto, como mostram os dados, apesar da evolução registrada na última década, ainda estamos muito distantes de alcançarmos uma meta básica relacionada à docência como profissão, que é o nível mínimo de qualificação do professorado compatível com a sua área de atuação.

Com relação à meta 16, o documento destaca que o percentual de professores(as) da Educação Básica com formação em nível de pós-graduação saiu de 30,2% em 2013 para 48% em 2023, distribuído em 43,7% dos(as) docentes com especialização, 3,3% com mestrado e 1% com doutorado. Contudo, apesar do avanço, continuamos abaixo da meta de 50%. Já com relação à formação continuada, o percentual saiu de 30,6% em 2013 para 41,7% em 2023, evolução muito aquém da meta de 100% prevista até 2024.

Um elemento que o relatório não menciona, mas que pode ajudar a explicar por que a qualificação em nível de pós-graduação cresceu mais do que os cursos de formação continuada é o fato de a primeira, quase sempre, incidir diretamente em retorno financeiro para o(a) docente, como instrumento de progressão vertical na carreira, ao passo que a segunda não tem qualquer impacto na remuneração do professorado. Isto é, conforme mostram dados compilados pelo *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024*, 92,3% dos estados e municípios têm a

titulação como principal critério de promoção na carreira docente (Todos pela Educação, 2024, online)

Sobre a meta 17, o relatório do Inep aponta que, embora a equivalência entre o rendimento médio dos(as) profissionais do magistério e os(as) demais profissionais com ensino superior tenha saído de 65,2% em 2012 para 86,9% em 2023, esse avanço requer algumas ponderações, tendo em vista que, tanto indica o não cumprimento da meta, que era 100% até 2024, como também é resultado de uma regressão, no período analisado, do rendimento médio dos(as) demais profissionais com ensino superior, os(as) quais tiveram uma “[...] perda real de 20,9% do poder de compra ao longo dos anos analisados” (Brasil, 2024b, p.376).

Embora a meta não tenha sido alcançada e a análise dos avanços em sua direção não possa ser desvinculada da perda remuneratória das profissões com nível de formação equivalente, é importante destacar o papel da Lei n. 11.738/2008 (lei do piso salarial do magistério) no encurtamento dessa distância, tendo em vista que em 2015, primeiro ano de vigência no PNE 2014-2024, o piso salarial do magistério para 40 horas era R\$1.697,39, chegando em 2025 a R\$ 4.867,77.

Já com relação à meta 18, destaca o documento que, apesar de 100% das unidades da federação ter Planos de Cargo, Carreira e Remuneração (PCCR) do magistério da Educação Básica em 2021, somente 85,2% estabeleciam o mínimo de um terço da carga horária para atividades extrassala de aula, apenas 59,34% cumpriam o piso salarial nacional e não mais que 48% de seu professorado tinha vínculo efetivo. No caso dos municípios, conforme o referido relatório do Inep (Brasil, 2024b), a situação para os mesmos itens anteriormente listados era: somente 96,3% tinham PCCR; apenas 79,8% previam a hora-atividade dentro da carga horária docente; 60% cumpriam o piso salarial nacional e 65,8% de seu professorado tinha vínculo efetivo.

Por fim, no tocante à meta 20, como destaca o Inep ao introduzir a análise desse objetivo: “para atingir as metas do Plano Nacional de Educação (PNE) faz-se necessária a elevação dos investimentos públicos em educação pública” (Brasil, 2024b, p. 437). No entanto, conforme aponta o referido relatório, neste quesito, o Brasil ficou muito distante do esperado, tendo em vista que, no período analisado (2015 a 2021), o País não saiu da aplicação dos insuficientes 5% do PIB em educação pública, deixando-nos muito distantes dos 10% previstos até 2024 e, até, da meta intermediária, que era o alcance de 7% até 2019.

Os dados analisados pelo Inep demonstram que o cenário sobre o qual se dá o exercício do magistério no Brasil ainda está distante do desejável, embora registre importantes avanços e desafios que não podem ser ignorados.

É, portanto, essa ressalva que parece passar despercebida pelo *Programa Mais Professores para o Brasil*. Senão, vejamos: no eixo atratividade para as licenciaturas, o Programa prevê o pagamento de uma bolsa no valor de R\$ 1.050,00 reais para estudantes que alcançarem nota igual ou superior a 650 pontos no Enem⁵. Essa medida é entendida pelo governo como importante para “[...] fomentar o ingresso, a permanência e a conclusão nos cursos de licenciatura” (Brasil, 2025b, p. 3), tendo em vista que, conforme apontado pelo Ministro da Educação: “[...] apenas 3% dos estudantes de 15 anos [...] querem ser professores. É muito baixo esse percentual. [...] Veja bem: 1/3 dos formados em licenciatura tornam-se professor, entram em sala de aula” (Santana, 2025, 21min23seg a 22min48seg, grifo nosso).

No entanto, a Bolsa Pé-de-Meia Licenciatura, contraditoriamente, vai na contramão de iniciativas exitosas como o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) e o Programa Residência Pedagógica (PRP), tendo em vista que não exige um contato pedagógico do(a) bolsista pé-de-meia com a sala de aula da Educação Básica, secundarizando explicitamente a formação didático-pedagógica do(a) futuro(a) docente.

Além disso, é mesmo razoável acreditar que uma bolsa de R\$ 1.050,00, da qual só será pago efetivamente durante o curso o valor de 700 reais mensais, conseguirá atrair para o magistério um(a) jovem cuja nota do Enem lhe daria a oportunidade de cursar uma graduação social e economicamente mais vantajosa e na qual também poderia ser bolsista com o mesmo valor mensal oferecido na licenciatura? E, considerando os dados do Instituto Semesp (2022), segundo os quais as condições de trabalho e a baixa remuneração destinada ao professorado são fatores centrais para explicar o risco de apagão de docentes até 2040 no Brasil, mesmo que o pé-de-meia atraia jovens estudantes para a licenciatura, como garantir que o(a) licenciando-estrela, que não estreitou laços com a sala de aula durante o processo formativo, não seja mais um número nas estatísticas de abandono da docência face às condições estruturais de trabalho e carreira do magistério?

Outro eixo dito estruturante é a *alocação de professores(as)*, focado no pagamento de uma bolsa no valor de R\$ 2.100,00 reais por até dois anos para docentes que se disponham a atuar em regiões e disciplinas escolares com grande carência. Contudo, qual é a efetividade de um eixo como esse para o real enfrentamento da carência de docentes devidamente habilitados(as), sobretudo, quando consideramos que o tempo de permanência nos locais e/ou disciplinas alocados seria de até dois anos? Se considerarmos que, conforme levantamento do

⁵ O(a) bolsista pé-de-meia receberá 700 reais mensalmente durante a licenciatura e o restante do pagamento (correspondente aos 300 reais mensais) fica condicionado ao seu ingresso profissional em uma rede pública de ensino em até cinco anos corridos após a conclusão do curso (Brasil, 2025c, art. 3º).

Todos pela Educação, publicado no *Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024* (Todos pela Educação, 2024, online), no ano letivo de 2023 mais da metade dos vínculos docentes nas redes estaduais (51,6%) e 33,8% nas redes municipais era de trabalhadores(as) temporários, não será esse eixo do *Mais Professores* uma ação que pode reforçar ainda mais o caráter intermitente dos vínculos docentes já em crescimento em Estados e municípios?

Segundo o próprio ministro Camilo Santana, ao referir-se a este eixo do *Mais Professores*: “[...] aqui foi um pouco baseado... Ele leva o nome do Programa com um todo, mas *é um pouco baseado no Programa Mais Médicos*” (Santana, 2025, 29min43seg a 29min52seg, grifo nosso).

Assim, já que o *Mais Professores* quer estabelecer uma relação de paráfrase com o *Mais Médicos*, faz-se indispensável trazer para a análise uma comparação entre as condições de trabalho oferecidas em ambos os programas para o(a) profissional médico(a) e para o(a) profissional docente, principalmente, no quesito incentivo financeiro. Pois, enquanto para os(as) docentes interessados(as) em deslocar-se para regiões com carência de professores(as) a bolsa é de 2.100,00 reais líquido por até 2 anos, para os médicos, a bolsa-formação é de 12.500,80 reais líquido mais benefícios para mudança, moradia e alimentação. Aqui, poder-se-ia argumentar, dizendo que, no caso dos(as) docentes, esse valor pago pelo governo federal é isento de impostos e será complementado com o salário pago pela rede onde o(a) bolsista atuará. É verdade. Contudo, se considerarmos que o valor do piso nacional para uma jornada de 40 horas semanais, em 2025, é de R\$ 4.867,77 bruto (e na hipótese de o ente federado realmente cumpri-lo - o que nem sempre acontece!), adicionando-se a este o valor da bolsa, a remuneração do profissional do magistério da Educação Básica, no melhor dos cenários, ainda seria cerca de metade da bolsa paga ao profissional da medicina e, conforme o relatório do Inep acerca da meta 17 do PNE, abaixo da remuneração média paga aos demais profissionais com ensino superior no ano de 2012, que era R\$ 7.158,99 (Brasil, 2024b, p. 376).

Nessa mesma direção paliativa, concentra-se o eixo Prova Nacional Docente (PND), regulamentado pela Portaria n. 96, de 11 de fevereiro de 2025 (Brasil, 2025d). Para além das críticas relacionadas à sua vinculação ao Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade) das licenciaturas sem o devido debate com as instituições formadoras (Anpae *et al.*, 2025), destacamos sua fragilidade em lidar com o problema do vínculo temporário, tendo em vista que sua adesão por estados e municípios é facultativa e, como sabe-se, a não realização de concursos por esses entes federados tem mais relação com as vantagens econômicas e políticas que o emprego temporário oportuniza aos gestores locais, sobretudo, prefeitos, do que com os supostos custos de realização de concursos públicos.

Outro eixo do Programa que estaria supostamente relacionado ao problema do apagão de professores(as) chama-se, inclusive, “valorização dos professores da educação básica” (Brasil, 2025a, art. 6, V). Ele busca fazer frente à desmotivação dos(as) docentes em exercício, tendo em vista que, conforme o Presidente da República, durante o evento de lançamento do *Mais Professores*, o magistério no Brasil hoje é uma profissão de risco:

[...] hoje, quem dá aula na periferia das grandes metrópoles desse país sabe que ser professor é um risco. *Ser professor é um risco!* Esperar ônibus tarde da noite... Pegar ônibus de manhã lotado... Chegar na escola sabendo que as crianças estão com preocupação, muitos nem tomaram café em casa... E, às vezes, menino com violência, menino que sai de casa, sabe, brigado com a mãe porque não comeu, porque sei lá... e vai tentar jogar sua raiva, sabe, na professora e no professor. Então, se a gente não *motivar que professor e professora seja uma profissão*, sabe, eu diria *promissora*, uma... uma profissão que dê a eles a certeza de que eles estão trabalhando em benefício das pessoas e que o Estado poderá ajudá-los [...] de que esse professor não vai ser molestado, não vai apanhar... Então, é essas coisas que nós *temos que cuidar* e que *nós estamos fazendo aqui* (Lula, 2025, 58min34seg a 59min43seg, grifos nossos).

O discurso materializado no enunciado acima, embora reconheça os problemas que envolvem o exercício do magistério no Brasil, ignora que as ações propostas no *Mais Professores* não enfrentam adequadamente o cenário denunciado. Pois, quais das ações do Programa efetivamente fazem frente à periculosidade da docência diagnosticada pelo Presidente da República? Há relação entre o eixo estruturante voltado à valorização docente e o real enfrentamento da desvalorização social e salarial do magistério como profissão? A resposta para ambas as questões parece-nos ser negativa, pois, embora o governo diga explicitamente que as condições de trabalho e carreira docente não são atrativas, o foco do Programa é em ações secundárias e paliativas a esse respeito:

[...] A gente sabe que valorizar os professores significa melhorar e reconhecer as condições de trabalho e remuneração, mas também reconhecer a sua importância e valor social. [...] Nós precisamos *criar uma cultura no Brasil que a sociedade brasileira reconheça o papel importante dos nossos professores e professoras pra vida dos brasileiros*. Então, aqui é um início, aqui nós estamos iniciando algumas ações desse reconhecimento (Santana, 2025, 34min07seg a 34min49seg, grifo nosso).

Como se vê, o governo brasileiro reconhece que as condições de trabalho e carreira do magistério são pontos críticos que não podem ser ignorados. No entanto, a escolha do *Mais Professores* é focar em medidas acessórias e paliativas, a exemplo do oferecimento de cartão de crédito sem anuidade, de desconto para docentes em hotéis e da promessa de distribuição de notebooks. Ações como essas, ao invés de enfrentarem os desafios estruturais da docência como profissão, resgatam a memória discursiva do magistério como ofício de tias e tios,

reconhecendo que, tal como os parentes que cuidam das crianças da família mereceriam ser melhor recompensados, mas dada a obrigação que o vínculo familiar lhes impõe, basta agradá-los com brindes e mimos, também seria o caso dos(as) docentes pelo amor que devem dedicar ao magistério. Ou seja, apesar do reconhecimento público do governo acerca das inadequadas condições de trabalho e carreira do professorado, sua resposta é a oferta de algo simbólico voltado a um suposto reconhecimento da “*importância e valor social*” da docência.

O eixo do *Mais Professores* ainda não comentado aqui (formação docente) não é menos problemático e desvinculado das condições reais da docência como profissão que aqueles já analisados. Ele procura enfrentar os desafios da formação de professores, sobretudo, a formação continuada, através da oferta de cursos predominantemente online reunidos em três plataformas do Ministério da Educação (MEC): a AVAMEC, a PlaforEdu e a Aprenda. No entanto, conforme expõe o próprio governo ao tratar sobre o referido eixo em uma cartilha de divulgação do Programa:

[...] Desde 2023, já foram ofertadas mais de **950 mil vagas** em cursos presenciais e pelo menos **1,8 milhão de profissionais** concluíram cursos do **Ambiente Virtual de Aprendizagem do Ministério da Educação (Avamec)**. *Apesar da ampla oferta*, o Censo da Educação Básica revela que *apenas 41,7% dos docentes participaram* de cursos de formação continuada em 2023 (Brasil, 2025b, p. 9; **negritos do autor; itálicos nossos**)

À semelhança do que já apontamos nos demais eixos do Programa, parece ser uma característica nuclear do *Mais Professores* a proposição de ações que caminham na contramão do diagnóstico apresentado pelo próprio governo. Pois, como promover a formação continuada dos docentes em serviço quando, muitas vezes, é-lhes negado o direito a ausentar-se da sala de aula para qualificação e descumpre-se, inclusive, a exigência de destinação de um terço da carga horária para atividades extra-sala? Não seria o caso de o governo buscar entender melhor o que está causando esse descompasso entre a dita ampla oferta e a pouca participação docente nos cursos de formação continuada já oferecidos pelo MEC ao invés de propor como ação reunir as oportunidades formativas em um Portal online?

Diante do exposto, é curioso observar como um programa que se diz estratégico e composto por ações articuladas procura enfrentar a falta de atratividade do magistério, a carência de professores devidamente habilitados, o crescimento do vínculo docente temporário, as demandas formativas e a desvalorização social e salarial da profissão docente sem uma efetiva política de Estado que costure e aperfeiçoe iniciativas já existentes, tais como: o piso salarial nacional do magistério (Lei n. 11.738/2008), as metas descumpridas do PNE e as

diretrizes para formação e valorização dos profissionais da Educação Básica (Lei n. 14.817/2024).

Assim, em nosso entender, sem o devido enfrentamento dessas e de outras demandas que circundam o magistério como exercício profissional o *Mais Professores* acaba reduzindo-se a um pacote de “boas intenções” com limitada capacidade para lidar adequadamente com a caracterização da profissão docente como ofício de sofrimento, ocupação ultrajante, de segunda categoria, ou atividade para aqueles(as) que não conseguiram fazer outra coisa mais produtiva e rentável na vida.

Conclusões

No presente artigo, procuramos analisar a relação entre (dis)discursos cotidianos acerca do magistério como ofício de mendicância/miserabilidade ou ocupação de segunda categoria e as ações do *Programa Mais Professores para o Brasil*, que diz formalmente ter a “[...] finalidade de promover a valorização e a qualificação do magistério da educação básica e incentivar a docência no Brasil” (Brasil, 2025a, art. 1º).

Assim, ao longo desse texto, ao mesmo tempo em que problematizamos os discursos que naturalizam as condições precárias sob as quais se dá o exercício do magistério no Brasil, também analisamos se o *Mais Professores* contribui para o enfrentamento desse imaginário e, conseqüentemente, do risco de apagão de docentes em virtude da pouca atratividade do magistério e das difíceis condições que envolvem o seu exercício.

No entanto, a análise dos eixos estruturantes do *Mais Professores* demonstra que, além de eles estarem pautados em discursos que dialogam com a memória discursiva do magistério enquanto sacerdócio, ao esperar que as pessoas sejam atraídas e/ou permaneçam na docência mais por seu valor simbólico do que pelo retorno social e financeiro que ela poderia dar enquanto profissão, encontram nos dados analisados pelo relatório do Inep limites objetivos. Ou seja, como atrair a juventude para o magistério sem garantir, no mínimo, condições reais de equiparação salarial entre a docência e as demais profissões com escolaridade equivalente? Como promover a formação continuada dos docentes em serviço quando, muitas vezes, é-lhes negado o direito a ausentar-se da sala de aula para qualificação e descumpre-se, inclusive, a exigência de destinação de um terço da carga horária para atividades extra-sala? Como valorizar efetivamente a docência como profissão sem garantir, no mínimo, o investimento de 10% do PIB em educação pública e o pagamento de um salário compatível com o tempo de escolaridade e as atividades exercidas pelo professorado?

Por fim, queremos destacar que situamo-nos para além dessa relação naturalizadora face à docência como profissão, estabelecendo com ela uma relação de contraidentificação. Isto é, assumimos o fazer docente como exercício profissional em construção, com avanços inegáveis, a exemplo da melhoria salarial proporcionada pela lei do piso nacional para os(as) profissionais docentes da Educação Básica, mas também com desafios estruturais que precisam ser corajosamente enfrentados por políticas públicas de Estado, na contramão do que se propõe, infelizmente, o *Programa Mais Professores para o Brasil*.

Referências

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília - DF, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. [LDB (1996)]. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 04 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n. 11.738, de 16 de julho de 2008**. Regulamenta a alínea “e” do inciso III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica Brasília, DF: Presidência da República, [2008]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111738.htm. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. **Lei 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, [2014]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. **Lei n. 14.817, de 16 de janeiro de 2024**. Estabelece diretrizes para a valorização dos profissionais da educação escolar básica pública. Brasília, DF: Presidência da República, [2024a]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2024/lei/114817.htm. Acesso em: 06 mar. 2025.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Relatório do 4º ciclo de monitoramento das metas do Plano Nacional de Educação: 2024**. Brasília, DF: Inep, 2024b.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto n. 12.358, de 14 de Janeiro de 2025**. Institui o Programa Mais Professores para o Brasil – Mais Professores. Brasília, DF: Presidência da República, [2025a]. Disponível em: <https://encurtador.com.br/SDcE2>. Acesso em: 10 fev. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Mais Professoras para o Brasil**. [cartilha online]. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2025b]. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/documentos/cartilha.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria CAPES nº 6, de 15 de janeiro de 2025**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2025c]. Dispõe sobre o regulamento Bolsa de Atratividade e Formação para a Docência - Pé-de-Meia Licenciaturas. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/mais-professores/Portarian6de15deJaneirode2025.pdf>. Acesso em: 16 jun. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Portaria n. 96, de 11 de fevereiro de 2025**. Brasília, DF: Ministério da Educação, [2025d]. Dispõe sobre a aplicação da Prova Nacional Docente - PND, no âmbito do Programa Mais Professores para o Brasil, de que trata o Decreto nº 12.358, de 14 de janeiro de 2025. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-mec-n-96-de-11-de-fevereiro-de-2025-612333412>. Acesso em: 06 mar. 2025.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: Edufal, 2007.

INSTITUTO SEMESP. **Risco de apagão de professores no Brasil**. São Paulo: Instituto Semesp, 2022.

LULA, Luiz Inácio da Silva. **Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil**. Brasília, 14 de janeiro de 2025. Publicado pelo canal Ministério da Educação. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fedh_Iz90Mg. Acesso em: 10 fev. 2025.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Análise de discurso**: princípios e procedimentos. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas. *In*: GADET, Françoise.; HAK, Tony. **Por uma Análise Automática do Discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 5.ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. p.159 - 249.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso**: estrutura ou acontecimento. 4. ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

SANTANA, Camilo. **Cerimônia de lançamento do Programa Mais Professores para o Brasil**. Brasília, 14 de janeiro de 2025. Publicado pelo canal MEC ao Vivo. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fedh_Iz90Mg. Acesso em: 10 fev. 2025.

SILVEIRA, Wilson. Cientista que não produz vira professor, diz FHC. **Folha de São Paulo**, São Paulo, quarta-feira, 28 de novembro de 2001. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff2811200103.htm>. Acesso em: 22 jan. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Anuário Brasileiro da Educação Básica 2024**. Disponível em: <https://anuario.todospelaeducacao.org.br/capitulo-6-professores.html>. Acesso em: 10 fev. 2025.

SOBRE OS AUTORES

Valci Melo. Doutor em Educação pela Universidade Federal de Alagoas (UFAL); professor do Centro de Educação da Ufal e líder do Grupo de Pesquisa Políticas Públicas: História e Discurso (GPPHeD).

Contribuição de autoria: conceitualização, supervisão e escrita (rascunho, revisão e edição).

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/1658899224874430>

Lavoisier Almeida dos Santos. Doutor em Letras e Linguística pela Ufal; professor de Língua Portuguesa das redes estaduais de Sergipe e de Alagoas e pesquisador do GPPHeD.

Contribuição de autoria: investigação, validação e escrita (rascunho, revisão e edição).

Currículo Lattes: <https://lattes.cnpq.br/2157875252712626>

Como referenciar

MELO, Valci; SANTOS, Lavoisier Almeida dos. “E o salário, ó!”: o “Mais Professores” e o discurso de naturalização da docência como sofrimento. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 22, n. 53, e17662, 2026. DOI: 10.22481/praxisedu.v22i53.17662